

## **Mediação: instituto democrático-dialógico de exercício de cidadania na construção de soluções satisfatórias nos conflitos familiares**

Taise Rabelo Dutra Trentin<sup>1</sup>  
Bruna Schlindwein Zeni<sup>2</sup>

### **Resumo**

Diante do aumento de demandas judiciais e da ineficiência do Estado para satisfazê-las, necessário utilizar outros meios de acesso à justiça, dos quais destaca-se a mediação, uma técnica de construção dialógica assistida de soluções. Tal técnica favorece a exposição de sentimentos bloqueados pelos conflitantes, contribuindo na melhora da comunicação entre eles, melhora importantíssima quando se tratam de conflitos familiares. Para a confecção do artigo, utilizou-se dos métodos bibliográfico e qualitativo de pesquisa.

**Palavras-chave:** cidadania; conflito; democracia; família; mediação.

### **Abstract**

Taking in account the increase of judicial demands and the inefficiency of the State to satisfy them, necessary the use of other ways of access to the justice, of the distinguished practices is mediation, one technique of construct discussion of solutions. Such technic favors the exposition of conflicting ones blocked feelings contributing in the improvement of the communication between them from there on, essential improvement considering familiar conflicts. For the preparation of this article, were used the methods bibliographical and qualitative research.

**Keywords:** citizenship; conflict; democracy; family; mediation.

---

<sup>1</sup> Advogada. Mestranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, área de concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas de Inclusão Social. Pós-Graduada em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

<sup>2</sup> Mestranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, área de concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas de Inclusão Social. Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ.

*“A mediação familiar vem reforçar as tendências atuais em permitir uma realização de justiça nesse campo, pois propicia um diálogo sem bloqueio, verdadeiro entre as partes, cada qual confiando seus motivos e razões aos mediadores, com maior autenticidade e abertura para negociação de propostas e contrapropostas, podendo atingir um consenso satisfatório.”<sup>3</sup>*

## 1 Considerações iniciais

Vivenciamos um crescente aumento qualitativo e quantitativo de reivindicações de acesso à justiça, “em contraposição a instrumentos jurisdicionais notoriamente insuficientes e ineficientes para atender e satisfazer subjetiva e objetivamente o conjunto de demandas que lhe são propostas” (MORAIS, 1999, p. 106). Existem muitos fatores contributos à essa situação. Para além das posturas e práticas dos juízes e servidores - que convivem com um número excessivo de processos, as práticas forenses formalistas e o sistema processual demasiadamente amplo, permissivos do retardamento do processo, acabam por prejudicar os objetivos da eficácia e celeridade na prestação jurisdicional e, com isso, a própria Justiça (TORRES, 2005, p. 31.).

Propaga-se então a “ideia de que um sistema de resolução de conflitos<sup>4</sup> é eficiente quando conta com instituições e procedimentos que procuram prevenir e resolver controvérsias a partir das necessidades e dos interesses das partes” (MORAIS, 1999, p. 197). A provocação dos tribunais passa a ser subsidiária, salvo quando tratar-se de direitos indisponíveis, ou se tal provocação não for aconselhada.

Evidentemente que, para concretizarmos essa ideia, primeiramente precisamos superar a lógica litigiosa que permeia nossa cultura, determinante na busca pelo judiciário na resolução de seus conflitos. Conflitos que muitas vezes poderiam ser solucionados

<sup>3</sup> GONÇALVES, Wilson José. **União estável e as alternativas para facilitar a sua conversão em casamento**. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1998. p. 154.

<sup>4</sup> “A função do conflito é estabelecer um contrato, um pacto entre os adversários que satisfaça os respectivos direitos e chegar, assim, à construção de relações de equidade e de justiça entre os indivíduos no interior de uma mesma comunidade e entre as diferentes comunidades. O conflito é, assim, um elemento estrutural de toda a relação com os outros e, por conseguinte, de toda a vida social.” MULLER, Jean-Marie. **O Princípio de Não-Violência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 18.

facilmente com a ajuda de um terceiro, de modo dialógico, através da mediação, instituto objeto de estudo desse artigo, com enfoque no seu uso para a resolução de conflitos familiares.

As metodologias de pesquisa adotadas para a feitura do artigo foram a bibliográfica e a qualitativa.

## **2 Reflexões acerca das perspectivas formativas do Poder Judiciário brasileiro**

Antes de adentrarmos na formação do Poder Judiciário brasileiro, é necessário elucidar o que é poder, mesmo que perfunctoriamente. Essa elucidação basear-se-á numa reflexão mais sociológica do que política e filosófica, seguindo a linha de Leal (2007).

Para Max Weber (1983, p. 17), o “Poder significa a possibilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra qualquer resistência, e qualquer que seja o fundamento dessa possibilidade”. Todavia, para que tal imposição de vontade subsista, é necessário uma submissão por parte dos homens à autoridade dos que se impõem em cada caso. Essa submissão ao poder condiciona-se em três ideais puros de dominação: tradicional, carismática e racional-legal (WEBER, 1992, p. 119). Quanto à dominação tradicional nas relações de poder, Leal leciona que elas “se dão em face da fidelidade pessoal dos dominados em relação ao dominador, ou seja, não se está observando uma ordem estatuída, mas aquilo que a pessoa delegada pela tradição determina como certo e justo” (LEAL, 2007, p. 13). Já a dominação carismática,

se dá em face da obediência ao líder enquanto portador de carisma, o que não demanda necessariamente qualquer tipo de hierarquia, regras ou competências administrativas para o exercício do Poder, uma vez que ele se encontra justificado a partir de questões e elementos exógenos ao seu exercício (LEAL, 2007, p. 13).

Enquanto que a dominação legal-racional “conta com um certo grau de justificação e fundamentação do Poder exercido, que se localiza, exatamente, no direito estatuído de modo racional(...)”(LEAL, 2007, p. 13.) Esse plexo delimita, ao menos genericamente, as possibilidades do exercício do Poder, imprimindo-lhe caracteres e feições racionais, tendo como parâmetro validativo a norma legal. É a partir desse modelo, o de dominação legal-racional que todo e qualquer ato de imposição de vontade se baseia no

pressuposto de que quem os obedece, o faz porque julgam obrigatória a relação de dominação, que se baseia no consenso de legitimidade. Assim, é com base na perspectiva de Poder racional que

a Idade Moderna gerou um contingente enorme de pautas reflexivas, filosóficas, políticas e pragmáticas de experiências no âmbito da gestão dos interesses públicos e privados, notadamente em termos de modelos governamentais, legislativos e jurisdicionais. Sejam quais forem tais experiências e fórmulas, todas elas estão centradas na premissa da exigência de justificação e fundamentação racionais dos atos e comportamentos administrativos do Estado e de suas instituições operativas (LEAL, 2007, p. 14).

É o modelo técnico-burocrático e racional de Poder que informa o processo de formação das instituições públicas brasileiras desde o Império. O Estado e as instituições privadas no Brasil Colônia tinham forte compromisso aristocrático e oligárquico com sistemas de normas e de administração da coroa - ou ao Poder tradicional e carismático da família real. O rei era o único proprietário do governo e do Estado e o quadro administrativo era formado por pessoas ligadas a ele por relações de confiança (capitanias hereditárias). Assim, no Brasil Colônia, a formação e a organização do Poder Judiciário se deram em face da burocracia e das relações pessoais de parentesco. Isto porque, os magistrados saíam de Portugal para ocuparem postos de Poder Judiciário local, com o fim de representar os interesses da Metrópole, não os locais (LEAL, 2007, p. 15-17).

Essa realidade pouco modificou-se quando da proclamação da República, uma vez que de 1822 até o final do século XIX as autonomias administrativas e financeiras das províncias eram poucas. A escolha de seus administradores não era livre; suas garantias legislativas por meio das assembleias provinciais eram frágeis, assim como as estruturas governamentais e judiciais. Foi somente a partir do Decreto Federal 848, de 11 de outubro de 1890, que instituiu o supremo Tribunal Federal nos moldes da Suprema Corte Americana, que os Estados passaram a ter competência reconhecida para organizarem sua justiça e legislarem sobre o processo (LEAL, 2007, p. 17-18).

É difícil imaginar uma federação republicana que é fundada por Estado/Governo de natureza eminentemente aristocrática e depois oligárquica, descompromissado com ideias democráticas e de emancipação política de sua cidadania em termos de contar com ela inclusiva para fins de gestão dos interesses públicos. Na verdade, aquelas elites dominantes, desde a independência até o início do século XX, vão se

encarregar de criar um modelo de Estado centralizador e autoritário, com feições ora absolutistas, ora paternalistas, ora assistencialistas, praticamente até e durante o regime militar no país (LEAL, 2007, p. 18).

Tal modelo de Estado centralizador radicaliza a dimensão pragmática do princípio da separação de Poderes informativos do constitucionalismo moderno, a ponto de criar “feudos” e “ilhas incomunicáveis” de administração, com competências reservadas e exclusivas, indicadas pelo viés restritivo da legalidade constitucional e infraconstitucional vigente, ao mesmo tempo em que consegue impingir certo esvaziamento político destas questões, atribuindo-lhes tão-somente feições “tecno-burocráticas” (LEAL, 2007, p. 18). Como decorrência disso, a Sociedade Civil vê-se distanciada do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, assim como os funcionários públicos. Esses, por sua vez, mantêm relações de distanciamento e de indiferença para com a Sociedade Civil, despreocupados com questões relativas “à qualidade, utilidade, finalidade e eficiência das ações públicas levadas a cabo” (LEAL, 2007, p. 19), pois realiza suas atividades com tamanho formalismo burocrático a ponto de descontextualizar a inserção de seu serviço das demandas que lhe são afetas.

Leal reconhece, com Boaventura de Sousa Santos<sup>5</sup>, que verificamos, desde 1960, o que este chama de “crise da administração da justiça”. Atualmente, essa crise tem contornos mais profundos e amplos do que aqueles assinalados por Boaventura, pois hodiernamente estão em jogo questões que tocam a identidade e a vocação política do Judiciário, diante de um cenário social repleto de complexos conflitos individuais, sociais, coletivos, etc. Acreditando que tudo poderia resolver, o Judiciário, aplicando o deducionismo lógico-formal que o sistema lhe outorgava, não ficou inerte diante das demandas que iam surgindo, dando respostas das mais variadas, desde neutras e distanciadas dos problemas do mundo, até as reações mais ativistas e voluntaristas, acreditando que poderia resolver tudo com os comandos sentenciais *ius imperium*, que outrora detinha. Para Leal, a formação dos magistrados ao longo desse período concebeu e até hoje concebe o direito positivo e o sistema jurídico como um todo, como uma dimensão autônoma do político e um fundamento do Estado (LEAL, 2007, p. 20).

O culto à lei e a separação dos Poderes resultou numa inversão da natureza eminentemente política do direito, o que fez com que alguns juristas acreditassem na

---

<sup>5</sup> O entendimento acompanhado por Leal está na obra: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 165.

identificação da obediência política com a obediência legal. Ainda com Leal (2007, p. 22), podemos verificar que a magistratura dá pistas dos delineamentos de sua formação teórica e oficiosa, no dever de neutralidade do magistrado enquanto imparcial aplicador da lei; no dever de produtividade quantitativa, deixando ao largo a qualidade axiológica de suas decisões; no dever de postura/comportamento social adequado à função estatal e soberana que ocupa.

O poder Judiciário ainda conta com um controle de racionalidade instrumental da prestação jurisdicional: os tribunais superiores, que tem a função de

uniformizar decisões dos tribunais inferiores a partir de um marco axiológico e epistemológico predefinido; calibrar os critérios hermenêuticos impostos; preservar a disciplina e o profissionalismo de todo o corpo de magistrados; constituir-se numa espécie de escudo simbólico de um sistema jurídico fechado, autônomo, completo e auto-fundamentador (LEAL, 2007, p. 24).

Todavia, importante mencionar que tais particularidades não sufocam ou evitam o surgimento de iniciativas jurisdicantes que promovem direitos e garantias democráticas, constitucionais e infra-constitucionais em todo o território nacional. Essas iniciativas são responsáveis por muitos avanços humanitários e compromissados com a sociedade desenhada pela constituição vigente.<sup>6</sup>

A partir da segunda metade do séc. XX, as relações sociais marcam-se por graus progressivos de complexidade e de tensionalidade, em razão do processo de transnacionalização de mercados e interesses, o que gerou uma crise de legitimação das instituições tradicionais da democracia contemporânea. Existem no mínimo outras duas crises ligadas a da legitimação: de identidade e de eficácia.

[...] em nível de identidade, essas instituições (públicas e privadas) passam não mais a distinguir quais suas funções originárias e efetivamente públicas, servindo como meros instrumentos de assalto ao poder por interesses e corporações pouco representativas da sociedade como um todo, em nível de eficácia, por terem

---

<sup>6</sup> O autor apresenta os seguintes dados, que demonstram a mudança da perspectiva dos juízes nacionais em torno de temas que antes não lhe diziam respeito: 83,85% dos magistrados levam em conta os efeitos sociais de sua decisão; 40,50% levam em conta as questões econômicas envolvidas; 78,50% dos entrevistados levam em conta o compromisso com causas sociais e 36,50% com causas econômicas. Essa pesquisa foi realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 2005, entrevistando 3.528 magistrados brasileiros sobre várias questões relativas a jurisdição, sociedade e Estado, coordenada pela Prof. Maria Tereza Sadek. LEAL, Rogério Gesta. **O Estado-Juiz na Democracia Contemporânea: uma perspectiva procedimentalista**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 25.

perdido sua legitimidade e sua identidade, não conseguem – e sequer priorizam -, atender as demandas efetivas e operacionais da comunidade que representam oficialmente (LEAL, 2007, p. 26).

Pela reflexão até aqui desenvolvida, podemos afirmar que a ineficiência do Poder Judiciário é resultado da incompatibilidade estrutural entre a sua arquitetura e a realidade socioeconômica a partir - e sobre a qual - atua. O Judiciário está organizado de forma burocratizada (prazos, instâncias, recursos) para solucionar os litígios em uma sociedade estável, com níveis equitativos de distribuição de renda e um sistema legal integrado por normas hierarquizadas, padronizadoras e unívocas lógico-formalmente.

### **3 Mediação: uma alternativa ao processo tradicional**

O monopólio jurisdicional do Estado, “conquista histórica de garantia da imparcialidade, independência para o alcance da segurança jurídica e manutenção do estado de direito” (BACELLAR, 1999, p. 125) já não é suficiente para solucionar com celeridade e eficiência o volume de ações que afloram diariamente. Isto porque, o Estado-Juiz está incapacitado estruturalmente para acompanhar o crescimento populacional e a consequente multiplicação de litígios. Dessa maneira, concomitantemente ao monopólio jurisdicional, é necessário o incentivo aos meios extrajudiciais de resolução de conflitos (BACELLAR, 1999, p. 125), no qual se insere a mediação.

As pessoas, em suas relações diárias, encontram obstáculos, de diversos fatores, para a solução tradicional de seus conflitos, dentre eles: a morosidade, o formalismo acentuado, o grande dispêndio com custas e honorários para a contratação de um advogado. Mas a par dessas questões já conhecidas, o modelo tradicional, em parcela significativa dos casos, não resolve a lide sociológica, mas apenas a lide processual. [...]

O Poder Judiciário, com sua estrutura atual, trata apenas superficialmente de conflituosidade social, dirimindo controvérsias, mas nem sempre resolvendo o conflito (BACELLAR, 1999, p. 128).

Motivado pela multiplicação de conflitos que acontecia na Justiça dos EUA, o professor Roger Fischer, da Faculdade de Direito de Harvard, na década de 1980 iniciou uma pesquisa envolvendo a negociação assistida, que começou com as seguintes indagações: a) qual a melhor maneira de tratar de um litígio envolvendo duas pessoas? ; b) qual é o melhor

conselho que se pode dar a um marido e a uma mulher que estão se divorciando e querem alcançar um acordo justo, mutuamente satisfatório, sem acabar numa discussão?<sup>7</sup> Partindo dessas questões, desenvolveram-se métodos práticos e técnicas para negociar acordos amigavelmente, sem concessões, baseadas nas seguintes recomendações: separar as pessoas dos problemas; concentrar-se nos interesses e não nas posições; trabalhar junto para criar opções de modo a comprometer as partes na solução do problema; procurar padrões objetivos independentes da vontade de qualquer dos lados; inventar opções de benefícios mútuos, etc.

Desse estudo surgiu a mediação<sup>8</sup>, uma “técnica que induz as pessoas interessadas na resolução de um conflito a encontrar, por meio de uma conversa, soluções criativas, com ganhos mútuos, e que preservem o relacionamento entre elas” (BACELLAR, 1999, p. 128). Pode ser de forma mandatória ou voluntária, sendo a primeira aquela que tem início por iniciativa de um Juiz (no cumprimento de lei), ou por determinação de cláusula contratual, e a segunda, ou seja, a voluntária é aquela que inicia pela vontade das partes em desenvolvê-la (MORAIS, 1999, p. 164). Esse processo acontece em obediência aos seguintes estágios: arranjos preliminares; introdução do mediador; depoimentos iniciais pelas partes; arejamento; obtenção das informações; identificação da causa; acerto do cronograma; reuniões; criação de opções; teste de realidade; barganha e negociação; acordo e fechamento. Quando necessários, o arejamento; o acerto do cronograma; reuniões e o teste de realidade podem ser descartados (KOVACH *apud* MORAIS, 1999, p. 165-166) por que

não existe um modelo definitivo para o mesmo. Este varia de acordo com a matéria a ser mediada, as habilidades do mediador, a maneira com que se comportam as partes, a escola e a formação técnica do neutro e de acordo com qualquer outro fator externo que, porventura, venha a interferir no andamento do processo (MORAIS, 1999, p. 165-166).

A mediação tem como objetivo restaurar a comunicação entre as partes, a fim de que estas percebam por si mesmas qual é a melhor solução para ambas. Desse modo, trata-se de um procedimento que ao mesmo tempo em que resolve o litígio, restaura o

<sup>7</sup> Sobre esse estudo, recomenda-se a leitura da obra FISCHER, Roger. **Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

<sup>8</sup> “A palavra mediação vem do latim ‘*mediare*’ e quer dizer dividir ao meio, repartir em duas partes iguais. Ficar no meio de dois pontos.” OLIVEIRA, Ângela. Mediação – Uma Nova Mentalidade. In: OLIVEIRA, Ângela (Coord.). **Mediação: métodos e resolução de controvérsias**. São Paulo: LTr, 1999. p. 102.



relacionamento entre as partes e, principalmente, as educa para a resolução autônoma de seus litígios, sendo bastante democrático e fortalecedor da cidadania (SOUZA, 2009, p. 67-68).

Nesse sentido, entende-se que

Mediar es interceder o rogar por alguien; también significa interponerse entre dos o más que riñen, procurando reconciliarlos y unirlos em amistad. Esta base superficial tomada de un dato etimológico nos permite ingresar em el modismo prometido por el instituto de la mediación. En efecto, ya observamos de qué manera la figura se aproxima a la conciliación, y la causa por la cual se suelen confundir ambos sistemas de resolución de disputas<sup>9</sup> (GOZAÍNI, 1995, p. 71).

Dizendo de outro modo, a mediação consiste em um “diálogo assistido por um mediador, tendente a propiciar um acordo satisfatório para os interessados e por eles desejado, preservando-lhes o bom relacionamento” (BACELLAR, 1999, p. 127-128). O mediador é um terceiro competente, capacitado, diligente e imparcial, que atua no sentido de auxiliar as partes a entenderem seus reais problemas. Ele deve ter dezesseis características fundamentais<sup>10</sup>: 1) paciência de Jó; 2) sinceridade e características do bulldog de um inglês; 3) presença de espírito de um irlandês; 4) resistência física de um maratonista; 5) habilidade de um jogador de um halfback de esquivar-se ao avançar no campo; 6) a astúcia de Machiavelle; 7) a habilidade de um bom psiquiatra de sondar a personalidade; 8) manter confidências tal como um mudo; 9) a pele de um rinoceronte; 10) a sabedoria de Salomão; 11) integridade e imparcialidade; 12) conhecimento básico e crença no processo de negociação; 13) crença firme no voluntarismo em contraste ao ditatorialismo; 14) crença nos valores humanos e potencial para avaliar fraquezas e firmezas pessoais; 15) docilidade e vigor; 16) olfato desenvolvido para analisar o que é disponível em contraste com o que possa ser desejável suficiente capacidade de conduzir-se e ego pessoal, qualificado pela humildade.

<sup>9</sup> “Mediar é interceder e orar por alguém, também significa interposição entre dois ou mais que brigam, buscando conciliar e unir em amizade. Esta base superficial tomada a partir de um dado etimológico nos permite ingressar no idioma prometido pelo instituto de mediação. Em verdade, já observamos qual a maneira pela qual esta figura aproxima-se da conciliação, razão pela qual se confundem ambos os sistemas de resolução de conflitos.” (Tradução livre). GOZAÍNI, Osvaldo A. **Formas Alternativas para la resolución de conflictos**. Delpalma: Buenos Aires, 1995. p. 71.

<sup>10</sup> Características apontadas por William E. Simkin, na obra SIMKIN, William E. and FIDANDS, Nicholas A. **Mediatino and Dynamics of Colective Bargaining**, 1986.

O mediador nada decide, apenas estimula e viabiliza a comunicação entre os mediados na busca por melhores e mais criativas soluções, de modo a facilitar a celebração de um acordo mutuamente satisfatório (SALES, 2005, p. 162).

El mediador no actua como juez, pues no puede imponer una decisión, sino que ayuda a los contrarios a identificar los puntos de la controversia, a explorar las posibles bases de un pacto y las via de solución, puntualizando las consecuencias de no arribar a un acuerdo. Por esos medios, facilita la discusión e insta a las partes a conciliar sus intereses. Plantea la relación en términos de cooperación, con enfoque de futuro y con un resultado em el cual todos ganan, cambiando la actitud que adoptan en el litigio en que la postura es antagónica, por lo que una parte gana y outra pierde. En la mediación todas las partes resultan ganadoras puesto que se arriba a una solución consensuada y no existe el resentimiento de sentirse “perdedor” al tener que cumplir lo decidido por juez. En definitiva, puede decirse que realmente ‘la mejor justicia es aquella a la que arriban las partes por si mismas’, em tanto el haber participado en la solución torna más aceptable el cumplimiento<sup>11</sup> [...] (HIGHTON, Elena; ÁLVAREZ, Gladys *apud* MORAIS, 1999, p. 136) .

A figura do mediador somada ao espaço informal da mediação favorece a exposição de sentimentos bloqueados pelos conflitantes, contribuindo na melhora da comunicação entre eles. “Para mediar, como para viver, é preciso sentir o sentimento. O mediador não pode se preocupar por intervir o conflito, transformá-lo. Ele tem que intervir sobre os sentimentos das pessoas, ajudá-las a sentir seus sentimentos, renunciando à interpretação” (WARAT, 2004, p. 26).

No espaço informal da mediação, a memória e os sentimentos dos conflitantes não se encontram bloqueados. O espaço mediativo não tem por objetivo reconstituir uma verdade, pois se reconstituem várias verdades possíveis. Assim, elas se modificam à medida que os atores se exprimem: as verdades se acomodam, se ajustam. De fato, na mediação, o objetivo não pode ser a verdade, uma vez que as verdades podem ser diversas. Uma mediação alcançada não traduz um acordo sobre a verdade efetivamente correspondente à exata dinâmica dos fatos. Em outros termos, o importante é que as partes concentrem-se sobre uma reconstrução dos fatos que as satisfaça. Este é o ponto central: não está dito que devam reconstruir exatamente a verdade, o importante é que tenham reconstruído a verdade que as contente momentaneamente, provisoriamente, no tempo de um aperto de mão. Não se reconstroem amizades em uma sala de mediação, os

---

<sup>11</sup>“O mediador não atua como juiz, ele não pode impor uma decisão, ele ajuda a identificar os pontos da controversia, a explorar as possíveis bases para um pacto, o caminho da solução, apontando as consequências de não se chegar a um acordo. Através destes meios, facilita a discussão e encoraja as partes a conciliar seus interesses. Apresenta a relação em termos de cooperação, com foco no futuro e com um resultado em que todos ganham, mudando a sua atitude no processo em que a posição é antagônica, de modo que um lado ganha e outro perde. Na mediação, as partes são vencedoras porque é uma solução consensual e não há ressentimento de ser um "perdedor" por ter que cumprir a decisão do juiz. Em suma, podemos dizer que a justiça realmente "a melhor justiça é aquela em que chegam as partes por si mesmas", por terem participado na solução se torna mais aceitável o cumprimento.” (Tradução livre).

mediadores não são dramaturgos do conflito. Porém, podem oferecer uma contribuição importante para uma comunicação temporal melhorada (SPENGLER, 2008, p. 70).

O equilíbrio das relações entre as partes é o grande objetivo do instituto da mediação. Seu processo é secreto, somente será divulgado se essa for a vontade das partes e, em contrapartida aos processos judiciais, lentos e custosos, por tenderem a ser resolvidos em tempo muito inferior ao que levariam na Justiça tradicional, acabam por diminuir seu custo indireto. Pode-se dizer, portanto, que a mediação é regida pela privacidade; economia financeira e de tempo; oralidade; reaproximação das partes; autonomia das decisões e equilíbrio das relações entre as partes.

Para a resolução de um conflito de modo a satisfazer plenamente os litigantes, algumas vezes é indispensável trazer à tona todos os aspectos pertinentes, independentemente dos fatos deduzidos da vestibular e da contestação (BACELLAR, 1999, P. 129).

A prioridade do processo de mediação é a restauração da harmonia. Buscar-se-á através do favorecimento das trocas entre as partes, utilizando-se de um método conciliatório.

Ao tratar-se do tema harmonização das relações, fala-se não somente em encerramento daquele dilema discutido, mas sim da final pacificação dos conflitos entre as partes. Busca-se, na verdade, que, após o processo, os envolvidos não somente se vejam ressarcidos do(s) prejuízo(s) sofrido(s), mas também sintam que aquele conflito pelo qual passaram esteja terminado, satisfazendo tanto a lide judicializada, como o conflito social subjacente (MORAIS; SPENGLER, 2008. p. 137).

Somente com o uso de técnicas de um modelo consensual como a mediação que acontece a investigação diferenciada do “conflito processado” e do “conflito real”. Com a mediação, há o conhecimento global da causa e a resolução integral do conflito, preservando-se o relacionamento dos litigantes, fator essencial quando a controvérsia reside no âmbito familiar.

#### **4 A mediação na resolução de conflitos familiares**

A família patriarcal tornou-se incompatível com a dinâmica e a instabilidade das relações sociais contemporâneas. Isso se deve as inúmeras mudanças sociais ocorridas nas

últimas décadas, das quais destacam-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, as evoluções científicas e tecnológicas e os reflexos do movimento feminista, bem como a rapidez com que informação e cultura se propagam nessa sociedade globalizada, multifacetada (ZENI, 2010, p. 369). Nas palavras de Castells (1998, p. 161-162):

La razón se encuentra en una combinación de cuatro elementos: primero, la transformación de la economía y del mercado laboral [...]. Segundo, la transformación tecnológica de la biología, la farmacología y la medicina que ha permitido un control creciente sobre el embarazo y la reproducción de la especie humana [...]. Tercero, en este contexto de transformación económica y tecnológica, el patriarcado ha sufrido el impacto del desarrollo del movimiento feminista, en el periodo subsiguiente a los movimientos sociales de la década de los sesenta. [...] El cuarto elemento inductor del desafío al patriarcado es la rápida difusión de las ideas en una cultura globalizada y en un mundo interrelacionado, donde la gente y la experiencia viajan y se mezclan [...].<sup>12</sup>

Com a finalidade de atribuir juridicidade a situações fáticas não previstas nas normas de direito de família, porque as normas que disciplinam o assunto não são mais suficientes a amparar a pluralidade de famílias modernas, os tribunais e a doutrina passaram a valorizar o afeto, que encontra respaldo no princípio da solidariedade humana (art. 3º, inciso I, da CF/88<sup>13</sup>).

A afetividade, inserta na esfera do princípio da solidariedade humana, previsto no art. 3º, inc. I, da CF/88, pertence ao âmbito constitucional e deve ser auscultada com dedicada atenção nos processos que envolvem litígios familiares. Sob a dimensão dos direitos humanos de terceira geração, a solidariedade tem como escopo defender a humanidade, difundindo-se o afeto, nesse contexto, como fator de solidariedade. O afeto tem, assim, compromisso com o gênero humano (ANDRIGHI; KRÜGER, 2008. p. 84).

Isto porque a solidariedade é o fundamento dos chamados direitos de terceira geração (a proteção ao meio ambiente, ao progresso, ao patrimônio da humanidade, a paz,

---

<sup>12</sup> “A razão se encontra em uma combinação de quatro elementos: primeiro, a transformação da economia e do mercado de trabalho [...]. Segundo, a transformação tecnológica da biologia, da farmacologia e da medicina que tem permitido um crescente controle sobre a gravidez e a reprodução da espécie humana [...]. Terceiro, nesse contexto de transformação econômica e tecnológica, o patriarcado tem sofrido o impacto do desenvolvimento do movimento feminista, no período subsequente aos movimentos sociais da década de sessenta. [...] O quarto elemento indutor do desafio ao patriarcado é a rápida difusão das ideias em uma cultura globalizada em um mundo inter-relacionado onde as pessoas e a experiência viajam e se mesclam [...]” (Tradução livre).

<sup>13</sup> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7aoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7aoCompilado.htm).

Acesso em: 13 mar. 2010.

a autodeterminação dos povos, a defesa do consumidor, a infância e juventude e a comunicação), que podem ser agrupados em direitos difusos ou coletivos. A concretização desses direitos somente é possível se existente uma cooperação entre os povos. Por isso, fundam-se na solidariedade, valor que tem como finalidade o bem-estar social.

Atualmente, a legislação considera família aquela que decorre do casamento civil - derivada da união estável entre o homem e a mulher – família matrimonial, e a comunidade formada por um dos pais e o filho(a), consangüíneos ou não - família monoparental (artigo 226, §§ 1º a 4º da Constituição Federal/88<sup>14</sup> e artigo 25, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>15</sup>). A doutrina e a jurisprudência, entretanto, vão mais longe. Reconhecem a família informal, nascida de vínculos afetivos fora do casamento e da união estável ainda não reconhecida; família homoafetiva, formada por casais do mesmo sexo; família anaparental, constituída por parentes ou, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com entidade de propósito e, por fim, a família eudemonista que, unida pelo afeto, dá sustento psicológico para que cada integrante busque sua emancipação individual (DIAS, 2005, p.44-48).

Por não estarem disciplinadas no Código Civil, as famílias informais, homoafetivas, anaparentais e eudemonistas precisam recorrer ao judiciário para serem reconhecidas. Esse reconhecimento, na maioria das vezes ocorre quando já existe o conflito (importante salientar que o ambiente familiar está sujeito a diversos desentendimentos, nos quais, para os envolvidos, é mais importante a questão sentimental presente<sup>16</sup>) e, para solucioná-lo é necessário, primeiramente, atribuir juridicidade a relação familiar. Entretanto,

<sup>14</sup> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Disponível

em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/\\_Constitui%C3%A7aoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/_Constitui%C3%A7aoCompilado.htm). Acesso em: 13 mar 2010.

<sup>15</sup> Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 13 março 2010.

<sup>16</sup> Nesse sentido: MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 135.

o modelo tradicional de jurisdição carrega consigo a conflituosidade, ou seja, há quem ganha e há quem perde a demanda e o Poder Judiciário com sua atual estrutura, trata o conflito apenas superficialmente, dirimindo controvérsias. Nem sempre resolve o verdadeiro conflito (BACELLAR, 1999, p. 128). Ademais, é costume da sociedade brasileira tratar das controvérsias como uma disputa entre as partes em busca de uma decisão, mesmo que gere prejuízos aos laços afetivos existentes entre elas.

Diferentemente, como se viu, a mediação procura valorizar os laços fundamentais de relacionamento, incentivando, com o auxílio de um terceiro mediador, “o respeito à vontade dos interessados, ressaltando os pontos positivos de cada um dos envolvidos na solução da lide, para ao final extrair, como consequência natural do processo, os verdadeiros interesses em conflito” (BACELLAR, 1999, p. 128). O instituto da mediação tem surtido bons efeitos em conflitos familiares, podendo ser iniciado em momento anterior à proposição formal de qualquer ação em juízo, no decorrer do andamento do processo, ou em qualquer fase em que haja discordância sobre algum ponto que seja considerado essencial e não esteja sendo devidamente cumprido (TORRES, 2005, p. 169).

Importante ressaltar o emprego da Mediação nas causas de família, utilizada inicialmente nos Estados Unidos da América, teve como sua porta de entrada na Europa a Inglaterra. Obteve tamanho êxito no país norte-americano que considerável número de seus Estados já tornaram obrigatória em questões relativas a divórcios.

Acrescenta-se que as circunstâncias apontam para a utilização do mesmo como complemento da atividade jurisdicional; são algumas das circunstâncias: a inadequação de certas estruturas tradicionais para a resolução de conflitos de massas no que tange à questão dos interesses transindividuais [...] (MORAIS, 1999, p. 162).

Por trás das demandas familiares há, na maioria das vezes, sentimentos conturbados, devendo o mediador, nesses casos, trabalhar para minimizar as consequências disto. “Um processo que se desencadeia entre partes que buscam o prejuízo da outra, como forma de satisfação pessoal não terá êxito, eis que êxitos somente será o processo que apresentar como solução um acordo satisfatório para os envolvidos” (MORAIS, 1999, p. 156).

É fora de dúvida que, apoiando-se em noções de construção social da realidade, as estratégias de mediação fornecem perspectivas para a participação dos atores sociais, que podem incrementar sua capacidade para iniciar ações novas, atuar como protagonistas

ao enfrentar e resolver conflitos e dilemas em suas vidas, assim como narrar novas e melhores histórias sobre os sistemas dos quais são parte e de seu lugar nos mesmos (SCHNITMAN, 1999, p. 56). Na medida em que o processo de mediação familiar transcorre, possibilitam-se as partes a oportunidade de aumentar a fluidez em sua comunicação e mudar a postura, de litigantes para colaboradores. Ao adquirir uma escuta menos defensiva, as partes sentem-se mais confiantes em relação a si próprias, aumentando a fluidez na comunicação, tornando-se mais frequentes as respostas oriundas de um processo reflexivo que de uma reação impulsiva, o que acaba por diminuir efetivamente os conflitos identificados melhorando o respeito e assistência dentro da família.

Foi por essa importância do instituto da mediação que o legislador, com o intuito de estimular seu uso, a incluiu no projeto de lei n.º 2.285/2007, o “Estatuto das Famílias”.<sup>17</sup> O instituto da mediação encontra-se disposto nos artigos, 97, parágrafo único; 128, 129 e 136 do referido projeto. O parágrafo único do artigo 97<sup>18</sup> diz que, sempre que possível, antes de decidir pela guarda, deve ser ouvida a equipe multidisciplinar e utilizada a mediação. No capítulo IV, que dispõe sobre o processo e o procedimento, o artigo 128<sup>19</sup> determina que “em qualquer ação e grau de jurisdição deve ser buscada a conciliação e sugerida a mediação extrajudicial”. Segundo o artigo 129<sup>20</sup>, “o processo pode ficar suspenso enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial [...]”.<sup>21</sup> Já o artigo 136, diz que se não

<sup>17</sup> BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.285/2007**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: [www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf](http://www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf). Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>18</sup> Art. 97. Não havendo acordo entre os pais, deve o juiz decidir, preferencialmente, pela guarda compartilhada, salvo se o melhor interesse do filho recomendar a guarda exclusiva, assegurado o direito à convivência do não guardião. BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.285/2007**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: [www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf](http://www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf). Acesso em: 02 fev. 2009.

Parágrafo único. Antes de decidir pela guarda compartilhada, sempre que possível, deve ser ouvida equipe multidisciplinar e utilizada a mediação familiar. BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.285/2007**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: [www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf](http://www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf). Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>19</sup> Art. 128. Em qualquer ação e grau de jurisdição deve ser buscada a conciliação e sugerida a prática da mediação extrajudicial, podendo ser determinada a realização de estudos sociais, bem como o acompanhamento psicológico das partes.

<sup>20</sup> Art. 129. A critério do juiz ou a requerimento das partes, o processo pode ficar suspenso enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar. BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.285/2007**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: [www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf](http://www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf). Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>21</sup> Art. 136. Não obtida a conciliação, as partes podem ser encaminhadas a estudo psicossocial ou a mediação extrajudicial. BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.285/2007**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em:



obtida a conciliação, as partes podem ser encaminhadas à mediação, devendo o juiz homologar o acordo proposto pelo mediador.

A mediação é uma das melhores fórmulas de superar o imaginário do normativismo jurídico, pois suas práticas educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a tomar decisões sem a intervenção de terceiros, e sim, com a ajuda deste, o mediador.

O mediador tem como função tentar recolocar o conflito no terreno das pulsões de vida. O mediador tem que retirar o conflito do espaço negro das pulsões destrutivas (um território do qual não escapa o Direito, suas normas e procedimentos de coerção e vingança). O mediador tem que tentar erotizar o conflito inscrevendo o amor entre as pulsões destrutivas e no conflito; o amor no meio do poder (WARAT, 1998, p. 9).

A mediação familiar pode ser realizada nas mais variadas situações práticas, tais como: a) um casal que pretenda divorciar-se não chega a acordo quanto ao destino da casa de morada de família e de outros bens comuns; b) na sequência de um divórcio, um casal não chega a acordo quanto ao montante da pensão de alimentos que um deve prestar a outro; c) decisão sobre a residência e eventuais alterações de residência da criança, em caso de divórcio/separação; d) quando e como pode um dos progenitores ir buscar a criança à escola e ficar com ela durante o fim-de-semana, em caso de divórcio/separação; e) responsabilidade econômica pela criança (vestuário e educação), em caso de divórcio/separação; f) acordo no sentido de se divorciarem (viabilizando um divórcio por mútuo consentimento).<sup>22</sup>

Verifica-se que a forma como se vivencia a discussão e participação na experimentação das novas habilidades em solucionar conflitos possibilita a aquisição de ferramentas extremamente úteis nas situações futuras, que contribuem para identificação e solução de impasses logo em seu início. Com isso, ocorre a diminuição das situações de

---

[www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXT0%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf](http://www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXT0%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf). Acesso em: 02 fev. 2009.

Parágrafo único. Cabe ao juiz homologar o acordo proposto pelo conciliador ou mediador com assistência dos advogados ou defensores públicos. BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.285/2007**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: [www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXT0%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf](http://www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXT0%20%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf). Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>22</sup> Nesse sentido: BRASIL. Ministério da Justiça. **Mediação familiar em mais locais, para resolver mais conflitos, de forma mais simples e flexível**. Disponível em: <http://www.mj.gov.pt/sections/justica/resolucao-alternativa-de/mediacao>. Acesso em: 30 de ago. de 2010.



conflito nas relações familiares, diminuição evidentemente benéfica, principalmente nos casos em que crianças estão envolvidas.

Acredita-se que a justiça verdadeira somente é alcançada

quando os casos se solucionam mediante consenso que resolva não só a parte do problema em discussão, mas também todas as questões que envolvam o relacionamento entre os interessados. Com a implementação de um “modelo mediacional” de resolução dos conflitos, o Estado estará mais próximo da conquista da pacificação social e da harmonia entre as pessoas (BACELLAR, 1999, p. 130).

Para finalizar, tem-se que a mediação funciona como um processo verdadeiramente democrático, pois rompe/dissolve os marcos de conflitos, acolhendo a desordem e, por seguinte, o conflito – como possibilidade de evolução social. É democrática porque aposta na diferença entre o tratamento dos conflitos de maneira tradicional para uma estratégia partilhada e convencionada, que tem por base um direito inclusivo (MORAIS; SPENGLER, 2008. p. 159). A mediação, assim, aposta numa matriz autônoma, cidadã e democrática de solução de conflitos.

## **5 Considerações finais**

É cediço que o Poder Judiciário, face ao volume de causas que lhe são submetidas, não mais consegue solucioná-las de forma célere e eficaz, conforme espera a sociedade. Diante disso, faz-se necessária a busca por alternativas de acesso à justiça, das quais se destaca a mediação, cuja prática na seara familiar vem tomando relevo.

Independente da causa a ser solucionada, a mediação pode ser iniciada antes mesmo da proposição formal de qualquer ação em juízo, no andamento do processo, ou em qualquer fase em que haja discordância sobre algum ponto que seja considerado essencial e não esteja sendo devidamente cumprido.

O destaque do uso da mediação para a resolução de conflitos familiares se dá, entre outros fatores, pela alta dose de sentimentos por detrás do conflito, cuja compreensão pela outra parte é precisa para que se construam soluções satisfatórias a ambas. É o mediador, um terceiro competente e imparcial que, no ambiente informal da mediação, auxilia o diálogo entre as partes para a construção dessas soluções, construção que se

configura em um verdadeiro exercício de cidadania. Diferentemente da Justiça do Estado, o qual um terceiro elabora uma sentença com base nos fatos e pedidos trazidos na peça vestibular, sem solucionar verdadeiramente o conflito.

Devemos incentivar o uso de alternativas criativas ao modelo tradicional de justiça, sem desprestigiá-lo, sobretudo nas demandas onde há/houve afeto, como as familiares, competindo tal tarefa ao Judiciário e aos operadores do direito. Afinal, o Estado Democrático de Direito implica em uma justiça eficaz, célere e ao alcance de todos.

## 6 Referências

ANDRIGHI, Fátima Nancy; KRÜGER, Cátia Denise Gress. Coexistência entre a socioafetividade e a identidade biológica – uma reflexão. In: BASTOS, Eliene Ferreira; LUZ, Antônio Fernandes da (Coords.). **Família e jurisdição II**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BACELLAR, Roberto Portugal. A Mediação no Contexto dos Modelos Consensuais de Resolução de Conflitos. In: **Revista de Processo**, São Paulo, n. 95, p. 122-134, jul.-set. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7aoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7aoCompilado.htm). Acesso em: 13 mar. 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 13 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Mediação familiar em mais locais, para resolver mais conflitos, de forma mais simples e flexível**. Disponível em: <http://www.mj.gov.pt/sections/justica/resolucao-alternativa-de/mediacao>. Acesso em: 30 de ago. de 2010.

BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.285/2007**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: [www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf](http://www.apmp.com.br/ceal/propostas/camara/pl2285-07/PL%202285-07%20TEXTO%20%20%20EST%20FAMILIA.pdf). Acesso em: 02 fev. 2009.

SOUZA, Luciane Moessa de, Mediação, Acesso à Justiça e Desenvolvimento Institucional. In: CASELLA, Paulo Borba; SOUZA, Luciane Moessa de (Coord.). **Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información: Economía, sociedad y cultura**. Volume II: El Poder de la Identidad. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1998.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado,

2005.

FISCHER, Roger. **Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GONÇALVES, Wilson José. **União estável e as alternativas para facilitar a sua conversão em casamento**. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1998.

GOZAÍNI, Osvaldo A. **Formas alternativas para la resolución de conflictos**. Delpalma: Buenos Aires, 1995.

LEAL, Rogério Gesta. **O Estado-Juiz na Democracia Contemporânea: uma perspectiva procedimentalista**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MORAIS, José Luis Bolzan de. **Mediação e Arbitragem: alternativas à jurisdição**! 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MULLER, Jean-Marie. **O Princípio de Não-Violência – Percurso Filosófico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OLIVEIRA, Ângela. **Mediação – Uma Nova Mentalidade**. In: OLIVEIRA, Ângela (Coord.). **Mediação: métodos e resolução de controvérsias**. São Paulo: LTr, 1999.

SALES, Lília Maia de Moraes (Org.). **Estudos sobre a efetivação do Direito na atualidade: a cidadania em debate**. Fortaleza: Expressão, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça**. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHNITMAN, Dora Fried. **Novos Paradigmas na Resolução de Conflitos**. In: SCHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen (Org.). **Novos Paradigmas em Mediação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Tempo, Direito e Constituição: reflexos na prestação jurisdicional do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

TORRES, Jasson Ayres. **O acesso à justiça e soluções alternativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

ZENI, Bruna Schlindwein. **O afeto como reconhecimento da filiação**. In: REIS, Jorge Renato; GORCZEVISKI, Clovis (Orgs.). **Constitucionalismo Contemporâneo: debates acadêmicos**. Santa Cruz do Sul: IPR, 2010.

WARAT, Luis Alberto. **Em nome do acordo**: a mediação no direito. Argentina: Almed, 1998.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na Pororoca**: o ofício do mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WEBER, Max. Dominação. In: Fernando Henrique Cardoso; Carlos Estevam Martins (Orgs.). **Política e Sociedade**, vol. 1, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.

WEBER, Max. Os Três tipos Puros de Dominação Legítima. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**, vol. 2, São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1992.